



PREFEITURA DE SOLIDÃO

ESTADO DE PERNAMBUCO

CNPJ 10.348.050/0001-18

LEI Nº 277, DE 30 de MARÇO de 2016.

EMENTA: Dispõe sobre parcelamento de débitos do Município de Solidão para com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

A Prefeita do Município de SOLIDÃO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, especialmente conforme o disposto na Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o parcelamento dos débitos do Município de Solidão com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido Fundo Previdenciário do Município de Solidão - FUNPRESOL, relativos a competências até dezembro de 2012, observado o disposto no artigo 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, na redação das Portarias MPS nº 21/2013 e nº 307/2013:

I - os débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município (patronal), porventura existentes e cujos valores forem apurados por meio do aplicativo CADPREV, disponibilizado pelo Ministério da Previdência Social, em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais, iguais e consecutivas;

II - os débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, porventura existentes e cujos valores forem apurados por meio do aplicativo CADPREV, disponibilizado pelo Ministério da Previdência Social, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas;

III - os débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas.

Art. 2º - Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município (patronal) ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, das competências de janeiro de 2014 a dezembro de 2015, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008, na redação das Portarias MPS nº 21/2013 e nº 307/2013.

Parágrafo Único. É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados



Rua Luís Carlos de Siqueira, 184 - Centro - Solidão - PE - CEP: 56795-000

FABX (87) 38301140. S. de Adm: 38301115 fax: 3830.1117

E-mail: prefeitura@solidao.pe.br Site Oficial: www.solidao.pe.gov.br



PREFEITURA DE SOLIDÃO

ESTADO DE PERNAMBUCO

CNPJ 10.348.050/0001-18

ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

Art. 3º - Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo índice de preços ao consumidor amplo IPCA, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

§ 1º. As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento ou reparcèlement até o mês de pagamento.

§ 2º. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 4º - Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento, somente referente ao parcelamento autorizado pelo artigo 2.º da presente Lei, alusivo às competências de janeiro de 2014 a dezembro de 2015.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

30.03.16
Mecenas
Maria do Socorro Gomes
Secretaria de Administração
CNPJ 10.348.050/0001-18

Mª Aparecida Vicente O. Caldas
CPF 534.736.804-78
PREFEITA

MARIA APARECIDA VICENTE OLIVEIRA CALDAS
Prefeita



Rua Luiz Carolino da Silveira, 154, Centro - Solidão - PE - CEP-56795-000.
PABX (87) 38301140, S. de Adm: 38301115 fax: 3830.1117
E-mail prefeituradasolidao@hotmail.com Site Oficial: www.solidao.pe.gov.br

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONCESSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00284/2018)**



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://eic.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: a007d744-4b96-481a-b040-9c6381b199558

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Solidão/PE
Endereço: RUA LUIZ CARLOS DE SIQUEIRA
Bairro: CENTRO
Telefone: (037) 3890-1140
E-mail: leandrinhamaque@hotmail.com
Representante legal: MARIA APARECIDA VICENTE OLIVEIRA CALDAS
CPF: 534.732.604-78
Cargo: Prefeito
E-mail: caldascaldas@gmail.com

CNPJ: 10.948.052/0001-18
CEP: 66706-000
Fax: (037) 3830-1117

Complemento:
Data início da gestão: 01/01/2008

CREDOR

Unidade Gestora: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO
Endereço: RUA LUIZ CARLOS DE SIQUEIRA
Bairro: CENTRO
Telefone: (037) 3890-1220
E-mail: nininhaponto@gmail.com
Representante legal: MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA
CPF: 026.424.598-48
Cargo: Gerente
E-mail: nininhaponto@gmail.com

CNPJ: 06.534.730/0001-38
CEP: 66706-000
Fax: (037) 3830-1117

Complemento: GERENTE DE
Data início da gestão: 02/01/2008

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Concessão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei 2779/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO é CREDOR junto ao DEVEDOR Município de Solidão da quantia de R\$ 427.327,51 (quatrocentos e vinte e sete mil e trezentos e vinte e sete reais e noventa e um centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (24%) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2011 a 12/2012, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o Município de Solidão reconhece ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela quitação do montante declarado e confessado, ficando, portanto, reservado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 427.327,51 (quatrocentos e vinte e sete mil e trezentos e vinte e sete reais e noventa e um centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.780,53 (um mil e setecentos e oitenta reais e cinquenta e três centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 1.780,53 (um mil e setecentos e oitenta reais e cinquenta e três centavos), vencerá em 30/04/2018 e as demais parcelas na mesma data das meses posteriores, sendo comprometido-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e insuscetível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento anexas aos documentos constantes nas normas que regem o Regime Próprio de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e os valores de juros legais simples de 0,05% ao mês (zero vírgula cinco por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº 1092/2005.

Parágrafo primeiro - As parcelas e vencidas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,05% ao mês (zero vírgula cinco por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de consolidação da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00286/2010)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de qualquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em sua totalidade, e a disposição feita pela Agência responsável por sua aplicação e cobrança do juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulada desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Clausula Quarta - DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:
a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação de vigor.
A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, a deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Clausula Quinta - DA RESCISÃO

Constitui motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou intimação judicial ou extrajudicial, qualquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas na integralidade;
- c) a suspensão do repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a rescisão da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Clausula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em renúncia ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Clausula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Clausula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e data de 2 (duas) testemunhas.

Solidão - PE / 10/04/2018

Presença em 10/04/18
Maria do Socorro Gomes
Assessora Administrativa
CPF: 021.361.814-78

Maria Aparecida Vicente Oliveira Caldas
Prefeita Municipal de Solidão
MARIA APARECIDA VICENTE OLIVEIRA CALDAS

Mª Aparecida Vicente O. Caldas
CPF: 034.136.804-78
PREFEITA

Maria do Socorro Ferreira de Melo
FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO
MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA

Testemunhas:

Danielcristh C. Freitas

DANIELCRISTH CORDEIRO FREITAS
AUX. DE CONTABILIDADE
CPF: 025.552.504-41
RG: 5584434

Maria do Socorro Ferreira de Melo

MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE MELO
AUX. DE CONTABILIDADE
CPF: 687.285.814-20
RG: 3388851

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA
Assessoria: <https://eic.ice.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: 0007d744-4b96-481e-a359-96381b198518

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFESSÃO DE DÉBITOS FISCIS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADENRE Nº 0020622/16)



DECLARACIÃO

Ministra APARECIDA VICENTE GUERRA, CUI DAS, Profª, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Dívidas Presidenciais nº 00656/2010, firmado entre ela Solidão e o FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO em 14/01/2010, publicado em 08/04/2010, no

() 1ª - Edição nº _____, de ____/____/____
 () 2ª - Edição nº _____, de ____/____/____

Per ser ammessi da scuola, fino a oggi.

5/11/2016

RAFAEL APARECIDO VICENTE OLIVEIRA CALDAS
Profa. Dr.

M. Agostinho Vicente O. Caldas
 CPF 554.138.904-72
 PREFEITA

Documento assinado Digitalmente por: MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA
Asses em: <https://eccc-itec.pe.gov.br/epv/validadoc/seam> Código do documento: a007d74a4b96481c-a351-96381b1985f8

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO D MUNICÍPIOS - FPM



Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Dívidas Previdenciárias

Acordo CADPREV nº	00035/2016	Data	18/04/2016
Valor consolidado	427.337,91	Valor da prestação inicial	1.780,93
Número prestação	240	Vencimento 1ª prestação	30/04/2016

DEVEDOR

Ente Federativo	Solidão/PE	CNPJ	10.348.050/0001-18
Representante Legal	MARIA APARECIDA VICENTE OLIVEIRA CALDAS	CPF	524.738.894-78
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	2099-8
		Conta nº	2167241

CREADOR

Unidade Gestora	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO	CNPJ	04.624.700/0001-39
Representante Legal	MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA	CPF	026.431.694-46
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	1433
		Conta nº	99-6

1. O ente federativo adota, qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora do seu RPP, o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Dívidas Previdenciárias acima identificado, classifica o Banco do Brasil de sua escolha, estabelecendo na cláusula quanto ao referido termo de acordo, o nome a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, a garantia de pagamento;

1.1 - das prestações devidadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;

1.2 - das contribuições previdenciárias não indicadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;

2. Desde então, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 32 (trinta e dois) dias do vencimento das contribuições previdenciárias (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetuado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil o extrato da situação do valor devido, com cópia do ofício;

2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira prestação subsequente do FPM, transferindo-o imediatamente para a conta da Unidade Gestora;

2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liberação do valor devido, este será amortizado pelo saldo disponível na conta, dando-se preferência aos valores de que trata o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o restante será debitado na prestação subsequente do FPM do FPM;

2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, sendo o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu débito;

3. O ente federativo declara-se ciente de que a negociação desta autorização única de quitação integral do acordo de parcelamento constitui etapa para o resgate principal do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta;

4. Esta autorização constitui parte integrante do termo de acordo e só, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Solidão/PE - 18/04/2016

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO		
UNIDADE GESTORA		
BANCO DO BRASIL (*)		

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA
Acessar em: <https://efc.cce.pb.gov.br/fpp/validaDoc.aspx?CodigoDocumento=40074744-4098-4830-86381198518>

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N.º 00286/2016)**



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://eic.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.aspx?Codigo=40074244-4b96-4810-b051-96381195518>

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Solidão/PE	CNPJ:	10.348.068/0001-10
Endereço:	RUA LUIZ CAROLINO DE SIQUEIRA	CEP:	55706-000
Bairro:	CENTRO	Fax:	(087) 3680-1117
Telefone:	(087) 3680-1140		
E-mail:	laurinharmuniques@hotmail.com		
Representante legal:	MARIA APARECIDA VICENTE OLIVEIRA CALDAS		
CPF:	534.730.804-70		
Cargo:	Prefeita	Complemento:	
E-mail:	caldasvicente@gmail.com	Data início da gestão:	01/01/2009

CREADOR

Unidade Gestora:	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO	CNPJ:	04.524.710/0001-91
Endereço:	RUA LUIZ CAROLINO DE SIQUEIRA	CEP:	55706-000
Bairro:	CENTRO	Fax:	(087) 3680-1117
Telefone:	(087) 3680-1230		
E-mail:	marinacalino@gmail.com		
Representante legal:	MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA		
CPF:	036.431.594-46		
Cargo:	Gerente	Complemento:	GERENTE DE
E-mail:	marinacalino@gmail.com	Data início da gestão:	03/01/2008

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento no art. 11º da Lei nº 277/2016 e em conformidade com os princípios e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO é CREADOR, junto ao DEVEDOR Município de Solidão do quanto de R\$ 591.570,55 (quinhentos e noventa e um mil e setecentos e sessenta reais e cinquenta e nove centavos), correspondentes aos valores do Contribuição Previdenciária devido e não repassados ao Regime Próprio da Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/01/2014 a 12/31/2015, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexa.

Pelo presente Instrumento o/a Município de Solidão confessa ser DEVEDOR da montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela quitação do montante declarado e confessado, ficando, portanto, resolvido o direito do CREADOR de opor, a qualquer tempo, a existência de outras incontroversas dívidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 591.570,55 (quinhentos e noventa e um mil e setecentos e sessenta reais e cinquenta e nove centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 9.859,51 (nove mil e oitocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e um centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 9.859,51 (nove mil e oitocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), vencerá em 30/04/2016 e as demais parcelas na mesma data das meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nos dias fixados, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a assegurar no pagamento de cada prestação financeira, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irrevogável, assegurando ao CREADOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos juros legais fixados na Cláusula Terceira até a data do ingresso em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREADOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem o Regime Próprio da Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e homologação da junta legal simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e mais de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº 142/2005.

Parágrafo primeiro: As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e homologação da junta legal simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Maria do Socorro Ferreira de Oliveira

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFESSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 002/06/2016)



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de qualquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data do seu vencimento, haverá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do levantamento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexa a este termo, a qual permanecerá em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, qualquer das seguintes situações:

- a) a intimação de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 364, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Por fim de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e consta de 2 (duas) testemunhas.

Solado - PE / 19042016

19/04/16
Mário do Socorro Gomes
Assessor Administrativo
CPF: 024.904.314-52

Presidência Municipal de Solado
MARIA APARECIDA VICENTE OLIVEIRA CALDAS
Mário do Socorro Ferreira de Oliveira
Gerente de Previdência
FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SOLADO
MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA

Testemunhas:

CELICLENE CORDEIRO REITORA
AUX. DE CONTABILIDADE
CPF: 025.552.504-41
RG: 5354434

MARIA DO SOCORRO BEZERRA DE MELO
AUX. DE CONTABILIDADE
CPF: 687.065.014-20
RG: 30300001

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA
Assinatura: https://eic.icepe.gov.br/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=007d744-4b96-481e-a311-96381b198518

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 002063216)



DECLARAÇÃO

MARIA APARECIDA VICENTE OLIVEIRA CALDAS, Prefeita, DECLARA, para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários nº 002063216, firmado entre ela, Sôfista e o FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SOUZA, em 19/04/2016, no

1º) (assinado)

(1) (assinado)

(1) (assinado)

- Edição nº

da

- Edição nº

de

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Souza, 19/04/2016.

MARIA APARECIDA VICENTE OLIVEIRA CALDAS

Prefeita

MP Aparecida Vicente O. Caldas
CPF 134.138.942-78
D O C E

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: a007d7a4-4b96-481e-a351-96381b198518

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - FPM



Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Dívidas Previdenciárias

Acordo CADPREV nº	00286/2016	Data	18/04/2016
Valor consolidado	667.266,34	Valor da prestação inicial	R\$454,78
Número prestações	66	Vencimento 1ª prestação	28/04/2016

DEVEDOR

Ente Federativo	Solidão/PE	CNPJ	10.348.060/0001-18
Representante Legal	MARIA APARECIDA VICENTE OLIVEIRA CALDAS	CPF	534.738.804-78
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	2800-9
		Conta nº	21872-0

CREDOR

Unidade Gestora	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO	CNPJ	04.524.700/0001-36
Representante Legal	MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA	CPF	026.431.594-46
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	1433-6
		Conta nº	89-6

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPS, forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Dívidas Previdenciárias acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorre a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM em garantia do pagamento:

- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Dessa modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

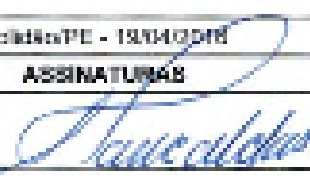


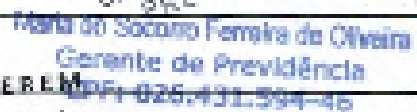


- 2.1 - Exercícios 6 (seis) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 33 (trinta e três) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha obtido o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil documentação atestando o valor devido, com cópia ao ente;
- 2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação de primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora;
- 2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que trata o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM;
- 2.4 - O valor devido, incluído para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, não cabendo ao Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara ao cliente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá crime para o rescaldo antecipado do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui parte integrante do termo de acordo e será, após assinada pelas envolvidas, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Solidão/PE - 18/04/2016

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO		
UNIDADE GESTORA		
BANCO DO BRASIL (*)		

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://cfe.ice.pe.gov.br/epj/validaDoc.aspx?CodigoDocumento:40077441006481e40596381b19858>

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFESSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00287/2018)**



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://eic.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: a007d744-4b96-481c-a25f-9c6381d19858

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Solidão/PE
Endereço: RUA LUIZ CAROLINO DE SIQUEIRA
Cidade: CENTRO
Telefone: (087) 3890-1110
E-mail: cardinhomendes@hotmail.com
Representante legal: MARIA APARECIDA MONTE OLIVEIRA CALDAS
CNPJ: 034.730.004-70
Cargo: Prokurador
E-mail: caldascaldas@gmail.com

CNPJ: 03.349.060/0001-19
CEP: 55705-000
Fax: (087) 3890-1117

Complemento:
Data Início da gestão: 01/01/2009

CREDOR

Unidade Gestora: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO
Endereço: RUA LUIZ CAROLINO DE SIQUEIRA
Cidade: CENTRO
Telefone: (087) 3890-1220
E-mail: ririnhapaimto@gmail.com
Representante legal: MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA
CNPJ: 030.434.284-42
Cargo: Gerente
E-mail: ririnhapaimto@gmail.com

CNPJ: 04.534.700/0001-32
CEP: 55705-000
Fax: (087) 3890-1117

Complemento: GERENTE DE
Data Início da gestão: 02/01/2009

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 277/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO é CREDOR, junto ao DEVEDOR Município de Solidão da quantia de R\$ 119.529,30 (cento e dezanove mil e setecentos e vinte e três reais e trinta centavos), correspondente aos valores de Contribuição dos Segurados devidos e não repassados ao Regime Próprio da Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2011 a 12/2012, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexa.

Pelo presente instrumento, o Município de Solidão confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela quitação do montante declarado e confessado, ficando, portanto, renunciado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 119.529,30 (cento e dezanove mil e setecentos e vinte e três reais e trinta centavos), será pago em 20 (vinte) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 5.976,22 (cinco mil e novecentos e setenta e três reais e setenta e dois centavos), atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 5.976,22 (cinco mil e novecentos e setenta e três reais e setenta e dois centavos), vencerá em 08/04/2018 e as demais parcelas na mesma data das meses seguintes, compreendendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nos dias fixados, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data de extinção em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR apresentarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento, desde que constantes nos termos que regem o Regime Próprio da Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos serão atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês de vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e concessão da juros legais simples de 0,05% ao mês (zero virgula cinco por cento ao mês), acumulados desde o mês de vencimento do débito até o mês anterior ao de consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº 10973/05.

Parágrafo primeiro - As parcelas vencidas e não pagas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês de consolidação dos débitos até o mês anterior ao de vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e concessão da juros legais simples de 0,05% ao mês (zero virgula cinco por cento ao mês), acumulados desde o mês de consolidação até o mês anterior ao de vencimento da respectiva parcela, visando manter a equidade financeira e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFESSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00287/2010)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de qualquer das parcelas, sobre o valor estipulado por a data do comprometimento, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do parcelamento, acrescida de multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do parcelamento, acumulando-se as multas, e o atraso no pagamento de qualquer das parcelas acarretará a rescisão do acordo.

Cláusula Quinta - DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR reconhece o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantidor do pagamento dos valores apurados pelo Conselho Municipal de Previdência Social - CMPS, em nome do acordo de parcelamento e não paga no seu vencimento, atualizados na forma da cláusula terceira, e as contribuições previdenciárias não incluídas nesse termo de acordo de parcelamento e não paga no seu vencimento, atualizados na forma da legislação vigente.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

O presente acordo será rescindido em caso de descumprimento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, qualquer das seguintes situações:

- a) a intimação de qualquer das cláusulas do acordo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou a falta de pagamento de qualquer das parcelas do acordo;
- c) a ausência de resposta integral das contribuições devidas ao FPM, das contribuições a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos;
- d) a rescisão da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em renúncia à honra, à reputação, à imagem, à consideração social, ou a qualquer outro direito, nos termos dos artigos 246, 252 e 254, do Código de Processo Civil, devendo o presente parcelado ser considerado recebido e contabilizado pelo ente credor como dívida limitada com a anotação prevista no RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários será arquivado em algar na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que decorrirem da interpretação do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Foro São Carlos, 15 de maio de 2016, às 14h30min, em 2 (duas) vias de igual teor e forma e de 2 (duas) testemunhas.

São Carlos - PE - 15/05/2016

Assinado em 15/05/2016
Maria do Socorro Gomes
Assessora Previdenciária
CPF: 028.552.514-41

Assinado em 15/05/2016
Maria do Socorro Ferreira de Oliveira
Gerente de Previdência
CPF: 026.431.594-46

Testemunhas:

Assinado em 15/05/2016
QUECKI RIBEIRO CORREIA PEREIRA
AUX. DE CONTABILIDADE
CPF: 028.552.514-41
RG: 3394434

Assinado em 15/05/2016
MARIA DO SOCORRO BEZERRA DE MELO
AUX. DE CONTABILIDADE
CPF: 027.065.014-23
RG: 3306651



DECLARAÇÃO

MARIA APARECIDA VICENTE OLIVEIRA CALDAS, Prefeita, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Comissão de Contas Inter Municipais nº 003/2018, firmado entre ela, Solteiro e o FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO em 19/04/2018, publicado em 19/04/2018 no

Nº _____
Emissão nº _____ de _____
Nº _____
Emissão nº _____ de _____

Por ser representada da verdade, firma a presente

Solteiro 28/04/2018

MARIA APARECIDA VICENTE OLIVEIRA CALDAS

Prefeita

VP: Maria Aparecida Vicente Oliveira
CPF: 554.198.954-76
PREFEITA